

# CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENVELHECIMENTO

Lisboa, 8 de Novembro de 2013

Livro de Comunicações  
Conference Proceedings



UNIVERSIDADE DE LISBOA

**U LISBOA** | UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Centro de Administração  
e Políticas Públicas



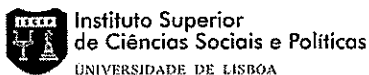
**Fundação D. Pedro IV**  
Instituição Particular de Solidariedade Social



# CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENVELHECIMENTO

Lisboa, 8 de Novembro de 2013

Livro de Comunicações  
Conference Proceedings



CIPPE, Lisboa 2013  
Publicação Anual  
Edições Fundação D. Pedro IV

**\_Que políticas para a educação?.....55**

Comentador: Professor Doutor David Justino

Factores socioculturais na formação ao longo da vida: um estudo sobre a aprendizagem das tecnologias de informação e comunicação em população 50+ .....57

Gina Páscoa, Henrique Gil

Os trabalhadores nas empresas com ensino superior em Portugal: o cenário do envelhecimento ativo com profissionais qualificados.....73

Alexandra Adôa

**\_Que políticas para a saúde?.....85**

Comentadora: Professora Doutora Maria do Céu Machado

Políticas locais para um envelhecimento saudável: ferramentas de participação e avaliação da pedonalidade.....87

Mariana Ferreira de Almeida

Consciencialização do risco e prevenção rodoviária no idoso.....89

Maria do Amparo Ferreira

# Fatores socioculturais na formação ao longo da vida: um estudo sobre aprendizagem das tecnologias de informação e comunicação em população 50+

Gina Páscoa, Henrique Gil

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa  
Escola Superior de Educação Castelo Branco

## \\ Resumo | Abstract

Atualmente Portugal, é um dos países mais envelhecidos da Europa representando as pessoas idosas 19% do total da população. Existe um vasto campo de investigação e reflexão sobre as políticas públicas para este setor, tendo em vista não só a resolução de problemas, mas também o desenvolvimento de políticas públicas de envelhecimento ativo num contexto de maior respeito pelos direitos da população idosa e segundo um novo paradigma de intervenção com maiores oportunidades de educação, participação social e bem-estar. Neste contexto, surge este projeto de investigação de doutoramento em Política Social, que pretende identificar os fatores socioculturais que influenciam a escolha na aprendizagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), no âmbito em que se inscreve a formação ao longo da vida. O envelhecimento é consequência da nossa base filogenética, da nossa hereditariedade, do meio físico, social, cultural, político, económico e tecnológico de uma sociedade. Porém, observa-se uma grande heterogeneidade entre as pessoas, ao nível do seu processo de envelhecimento, e a própria dimensão do envelhecimento da população mundial desencadeia uma consciência inquietante da necessidade de se intervir junto da população, colocando o envelhecimento como macrotendência e como problema social que a sociedade e o Estado têm de enfrentar nos próximos anos. A Sociedade da Informação e do Conhecimento, definiu novas possibilidades e limites para as pessoas idosas, com a introdução das TIC mudou o modo de acesso à produção de conhecimento. A utilização do computador e da Internet tornou-se, não só num imperativo dos sistemas ensino-aprendizagem, como condição de inclusão de todos os cidadãos. A formação ao longo da vida ou aprendizagem ao longo da vida (ALV) em combinação com as abordagens propostas pelas políticas de educação de adultos podem ser ampliadas e mais bem-sucedidas através de um contexto digital com as TIC. Todos estes desafios não podem ser enfrentados apenas pelo Estado Social, exigindo uma ressocialização das sociedades civis, sendo necessário investir em políticas públicas de educação e formação mais ativas no campo da qualificação do capital humano, e promover ações de *empowerment*, que intensifiquem a capacitação resiliente da população idosa.

## \\ Comunicação | Paper

### Problema a ser investigado e objetivos da pesquisa

No atual e exigente contexto social e económico, o envelhecimento demográfico, que se intensificará ao longo do século XXI, apresenta desafios para a sociedade, especialmente ao nível de crescimento económico e da sustentabilidade financeira. O envelhecimento ativo passa pela participação dos adultos mais velhos na Sociedade da Informação e do Conhecimento, o que implica a necessidade de reforçar a melhoria das suas qualificações, nomeadamente no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) e em particular na aprendizagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Este processo de aprendizagem, talvez reforce a inclusão dos mais velhos na sociedade, combata a solidão e a exclusão social e promova um bem-estar e melhoria na qualidade de vida destes cidadãos.

O objetivo geral desta investigação é identificar os fatores socioculturais que influenciam e condicionam a escolha na aprendizagem das TIC, em populações 50+ e conhecer os impactos no bem-estar destas populações ao longo do processo de envelhecimento. Como objetivos específicos estabelecemos: caracterizar a população 50+ ligada à aprendizagem das TIC, sob o ponto de vista das variáveis sociodemográficas (Idade, Género, Estado Civil, Habilitações Literárias, Profissão, Rendimento); caracterizar o perfil da população 50+ que aprende TIC; caracterizar o perfil da população 50+ que não aprende TIC; conhecer a perceção da população 50+ relativamente aprendizagem das TIC; conhecer as competências digitais da população 50+ que já aprendeu TIC e sua aplicabilidade no quotidiano. Para o efeito, iremos estudar as populações com 50+ anos em formação nas universidades seniores do distrito de Castelo Branco durante o ano letivo 2013/2014. O desafio que o envelhecimento da população representa no domínio da educação e da aprendizagem ao longo da vida, a importância das novas tecnologias no mundo global e o seu papel na qualidade de vida, são fatores relevantes para contribuir para uma nova visão sobre o envelhecimento e formação ao longo da vida.

## Estado da arte

### Desafios e oportunidades do envelhecimento demográfico

O Envelhecimento é um fenómeno conhecido nas sociedades desenvolvidas que está presente na realidade portuguesa. As suas consequências fazem sentir-se hoje ao nível da carência de recursos financeiros e de respostas sociais alargadas, e far-se-ão sentir de um modo particularmente preocupante nas próximas décadas, com a realidade que se perspetiva: a duplicação da população idosa. O aumento gradual da esperança média de vida, a passagem gradual da população em idade ativa para o grupo dos inativos pensionistas, entre outros, são os fatores do alargamento do topo da pirâmide (envelhecimento no topo da pirâmide) e, em termos estruturais, da progressiva inversão da própria pirâmide etária. O processo de envelhecimento demográfico não é, ainda assim, apenas um fenómeno português ou meramente conjuntural. De facto, as características atuais e os cenários prospetivos apontam para tendências claras, em que o número de pessoas idosas vai aumentar de forma acentuada, aumentando de 85 milhões em 2008 para 151 milhões em 2060 na União Europeia (UE). O progressivo envelhecimento da população mais idosa é um aspeto importante do envelhecimento demográfico (European Commission, 2009a).

Em particular, os dados definitivos dos Censos de 2011, realizados em Portugal, publicados pelo INE (2012), mostram grandes indícios para que esta tendência se venha a verificar. O Gráfico 1, mostra a evolução em termos percentuais de diferentes grupos etários de acordo com os quatro últimos censos realizados entre 1981 e 2011. Como facilmente se observa, há um decréscimo acentuado nos grupos etários compreendidos entre os 0-24 anos como resultado de uma diminuição da taxa de natalidade. Em sentido oposto, surgem os grupos etários correspondentes aos mais idosos (65 ou mais anos), as quais têm vindo a crescer, tendo esse valor quase duplicado em cerca de 30 anos e com todas as probabilidades para se vir a acentuar.

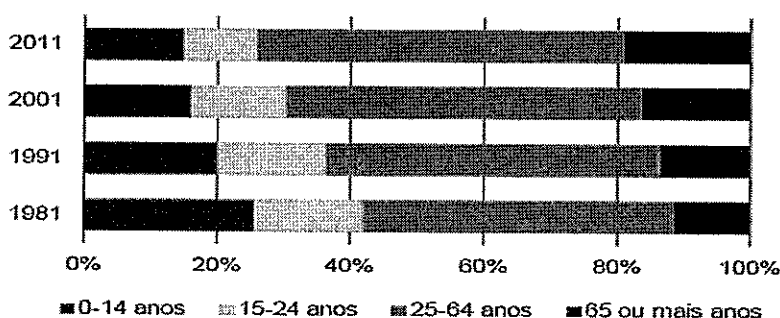


Gráfico 1 - Estrutura da população residente em Portugal por grupos etários em 1981, 1991, 2001 e 2011

No caso concreto de Portugal, o processo de envelhecimento demográfico é explicado por um novo modelo teórico, a transição demográfica, caracterizada por um tipo de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambas as variáveis assumem valores muito reduzidos, com a emigração muito jovem, entre os finais dos anos 50 e meados de 70, a acentuar a transição. O impacto do Envelhecimento no processo de formulação e implementação de políticas públicas vai requerer a reformulação e a implementação de políticas destinadas a este estágio de desenvolvimento demográfico e segmento de população, que em 2030 poderá representar 23,30% e, em 2050, 30% da população portuguesa (Eurostat, 2008). Tendência que de igual modo se verificará na UE e que significará, também, que em 2050, cerca de 50% da população europeia terá mais de 50 anos (European Commission, 2009b).

Perante o fenómeno multidimensional do Envelhecimento, urge a necessidade de preparar as respostas às suas consequências. O aumento da esperança média de vida – que em 2011 está estimado em 76 anos para os homens e 83

anos para as mulheres; em 2030 será de 80 anos e 85 respetivamente; e em 2050 de 83 anos e 88 anos, respetivamente (European Commission, 2009c) – Implicará, nomeadamente, uma nova estrutura etária de ativos, com maior percentagem entre os 50/70 anos e uma nova classe de potencialmente ativos acima do 70 anos, cuja saúde e capacidade de vida exigirão novas formas de ocupação produtiva. De acordo com as “Projeções de População residente em Portugal, 2008-2060”, a população jovem tenderá a diminuir até aos 11,9%, enquanto a população idosa corresponderá a cerca de 32,3% do total do contingente populacional (INE, 2009).

Se é verdade que este processo tem já um caráter estrutural na sociedade portuguesa, verifica-se no entanto, uma significativa heterogeneidade regional. Assim, o envelhecimento demográfico é mais elevado nas NUT III do interior do país do que nas NUT III do litoral, resultante do facto de coexistirem nos territórios mais interiores do país as menores taxas de fecundidade e de natalidade, menor índice de jovens e maior índice de idosos. Em termos regionais, salienta-se a região do Alentejo, com um índice de 171 idosos para cada 100 jovens, a região Centro, com 140 idosos para cada 100 jovens. Em Portugal, foi já ultrapassada a estrutura paritária, apresentando o país uma média de 110 idosos por cada 100 jovens (Dias & Rodrigues, 2012).

O envelhecimento demográfico incorpora também fatores de heterogeneização: as pessoas idosas não constituem um grupo homogêneo, nem do ponto de vista das práticas sociais e das representações simbólicas, nem do ponto de vista das expectativas face à vida e ao futuro. Esta é uma questão central para romper com análises tendencialmente generalistas, como se os idosos fossem um grupo social uniforme. Este equívoco gera, não raras vezes, o desenho de políticas gerais que não respondem aos problemas e às dinâmicas sociais em curso. As questões do envelhecimento abriram um novo campo de debate nas políticas sociais. Assim, sublinha-se a grande relevância das políticas demográficas no contexto das políticas sociais e dos modelos do Estado Social ocidentais, até porque está posta em causa a sustentabilidade destes modelos de Estado, também por influência destes novos desafios. De facto, o envelhecimento deixou de ser um problema específico das zonas rurais de um país e passou a ser um problema transversal a todos os territórios. O envelhecimento demográfico lança um vasto conjunto de desafios e de oportunidades às políticas setoriais, sendo decisivo traduzir esta realidade numa maior abertura a novas práticas e a novos modelos.

A experiência, o saber e o saber-fazer, a constatação dos efeitos perniciosos de uma inatividade abrupta e indesejada, entre outros, abrem desafios para o aprofundamento de modelos e de práticas de «envelhecimento ativo», aspeto central para uma sociedade mais justa e coesa. A Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002), define envelhecimento ativo como o processo de otimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Desta forma, a OMS alerta para a ligação entre atividade e saúde, salientando a importância de se melhorar a Qualidade de Vida no decurso da velhice, mediante a preservação do bem-estar físico, mental e social. Está em causa envelhecer ativamente durante toda a vida (Hessel, 2008). De acordo com Fernandes (2008), a temática do «envelhecimento ativo» implica, repensar a definição das pessoas idosas, já consideradas como parte de um processo relacionado com um grupo etário específico, definido de forma estritamente cronológica, mas correspondendo em vez disso a dinâmicas sociais diversificadas. Para Fernandes (2001, p. 42) “[...] caminhamos seguramente para uma sociedade diferente da que conhecemos até agora e onde os padrões institucionais de atuação terão de se adequar às mudanças indeléveis proporcionadas pela revolução silenciosa dos temas demográficos [...]”. Muito deste debate esteve presente na definição dos eixos fundamentais da Estratégia de Lisboa em 2000 e do quadro de referência que a orientou (Ferreria *et al.*, 2000).

Os desafios colocados ao sistema de financiamento das pensões, em particular, o da Segurança Social, são assim diversos e complexos. Ainda são mais complexos em países com um Estado Social tardio e débil, como o caso português. Sublinha-se a maior vulnerabilidade da generalidade das pessoas idosas à pobreza, verificando-se que cerca de metade dos idosos só situam-se abaixo do limiar da pobreza (INE, 1999), evidenciando as conseqüentes repercussões sociais do isolamento como um dos desafios atuais das políticas públicas. Portugal mantém uma presença histórica dos grupos mais envelhecidos como sendo mais pobres e vulneráveis à pobreza. Esta situação alterou-se recentemente em Portugal, muito em função da lógica redistributiva do Complemento Solidário para Idosos, mais do que em função de mudanças das vulnerabilidades estruturais destes grupos. O reflexo dessa medida foi sentido na redução da taxa de pobreza de idosos, de 26 para 21%, entre 2007 e 2008, ainda assim três pontos percentuais acima da taxa de pobreza geral nacional (Eurostat, 2010a). Isto levanta questões relevantes às políticas sociais, assumindo-se a especificidade destes grupos, a sua maior vulnerabilidade e a necessidade de definição de medidas de discriminação positiva como instrumentos de reforço dos processos de inclusão social.

#### *A Aprendizagem ao Longo da Vida e as Políticas Educativas*

As políticas educativas encontram também nestes grupos etários mais avançados um conjunto de novos desafios e oportunidades. As pessoas idosas apresentam níveis de escolaridade muito baixos, ao nível do 1º ciclo do ensino básico ou mesmo da ausência de qualquer nível de instrução completo (OCDE, 2006). Esta população trata-se de pessoas com disponibilidade para a aprendizagem, com tempo deixado livre por um processo de reforma muitas vezes precoce, com um ansioso projeto de escolarização por cumprir e, não menos importante, com alguns recursos financeiros disponíveis, em grupos socioeconómicos específicos. O *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida* aponta que os estados devem “[...] providenciar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida tão próximas quanto possível dos aprendentes, nas suas próprias comunidades e apoiadas, se necessário em estruturas TIC [...]” (Comissão das Comunidades Europeias, 2000, p. 21). Neste sentido, as TIC são perspetivadas enquanto instru-

mento que aproxima as aprendizagens das populações, permitindo uma igualdade de acesso, assim como a possibilidade de criar redes virtuais de partilha de informação entre grupos geograficamente distantes.

As competências em TIC, deste modo, são vistas como fundamentais para a preparação para uma "cultura de aprendizagem" da população. Nesta linha de pensamento e com o intuito de preparar para uma economia do conhecimento, a Comissão Europeia catalogou as cibercompetências como uma das competências-chave para a educação e formação ao longo da vida (Parlement Européen & Conseil de l'Union Européenne, 2006). Neste sentido, os referenciais de competências-chave que estão na base dos sistemas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) determinam a inevitabilidade da população adulta possuir competências em TIC. Com efeito, no quadro da estratégia portuguesa de ALV, aponta-se para que, no âmbito da formação contínua, se promova a difusão das TIC em termos de acesso individual e também de reforço do seu uso nos processos formativos. A UE tem vindo a desenvolver um conjunto diversificado de medidas que procuram desenvolver a cooperação comunitária na área do envelhecimento (Comissão das Comunidades Europeias, 2002). Um dos principais objetivos dessas medidas é implementar políticas e práticas a favor de um envelhecimento ativo. As principais práticas nesta matéria incluem a aprendizagem ao longo da vida, o prolongamento do período de vida ativa, o adiamento da idade da reforma, a introdução de um sistema de reforma mais gradual, a continuidade de uma vida ativa após a reforma e o desenvolvimento de atividades que permitam otimizar as capacidades individuais e manter o bem-estar da pessoa.

Criar oportunidades para que as pessoas envelheçam ativamente pressupõe o reconhecimento da singularidade de interesses, de aptidões e de necessidades, facilitando a concretização de atividades significativas para quem as realiza e, eventualmente para os outros. Não existe uma forma de envelhecer bem, há tantas quantas as pessoas que envelhecem, e por isso, os caminhos são múltiplos. O acesso a contextos de aprendizagem no âmbito da educação de adultos, pode ser um desses caminhos, algo para o qual Leeson (2009) chama a atenção:

"(...) a aprendizagem ao longo da vida é essencial à constante melhoria de conhecimentos exigida num mundo em rápida evolução, em que as alterações tecnológicas e demográficas colocam os seus próprios desafios e oportunidades no mercado de trabalho. Mas a aprendizagem em idade avançada, implica preparar as pessoas para a cidadania plena nas suas famílias e comunidades, permitindo-lhes dar o seu contributo para o desenvolvimento e responsabilizarem-se por ele (...)" (p.268)

A aposta na formação dos mais velhos e a valorização de novas aprendizagens em idades avançadas nem sempre é feita, pois ainda temos uma visão redutora de que o investimento em formação só faz sentido quando tem um retorno tangível, pelo contributo que essas pessoas poderão dar em termos produtivos. Apesar dos documentos emanados pela Comissão Europeia a propósito da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, referirem a importância do acesso ao ensino após a idade da reforma, dão particular relevo ao papel que os mais velhos podem ter no mercado de trabalho e à necessidade de facilitar a sua integração em contextos formativos no sentido de os habilitar a enfrentar novos desafios profissionais. A situação demográfica atualmente em mutação, requer não apenas o aumento da idade média da reforma, mas também políticas de "envelhecimento ativo" que abranjam os períodos anterior e posterior à passagem reforma.

Os sistemas de educação de adultos enfrentam um duplo desafio (Comissão das Comunidades Europeias, 2006):

- Para garantir uma vida ativa mais longa, há necessidade de melhorar as competências dos trabalhadores idosos e alargar as suas possibilidades de aprendizagem ao longo da vida. É amplamente reconhecido que, para que os trabalhadores idosos continuem a ter aceitação no mercado de trabalho, é necessário investir ao longo do ciclo de vida.
- É necessário alargar a oferta de possibilidades de educação aos reformados (incluindo, por exemplo, o aumento da participação de estudantes de idade mais avançada no ensino superior), dado que as pessoas estão a chegar à idade da reforma em melhores condições de saúde física e mental e que a esperança de vida para além da reforma está a aumentar.

Esta sociedade do conhecimento, globalizada e digital, impôs uma nova dinâmica das políticas europeias num evidente investimento no capital humano pela aposta na ALV. Este investimento pressupõe que, a longo prazo, se aumente a competitividade económica mas sobretudo que a ALV se torne a componente básica do modelo social europeu (Comissão das Comunidades Europeia, 2001) para superar a desigualdade e exclusão social de algumas camadas da população. De acordo com o relatório *Learning a Living* (OCDE, 2005), o investimento na formação de adultos é importante por várias razões, incluindo, entre outras, o aumento da produtividade, da participação no mercado de trabalho, da participação ativa dos cidadãos e da democracia e para auxiliar os indivíduos nas suas atividades do dia a dia. A motivação individual para aprender, a disponibilização de várias oportunidades de aprendizagem e a garantia do reconhecimento dos diferentes tipos de aprendizagem podem ser encarados como os principais fatores de sucesso de um processo de ALV.

Para além do motivo puramente económico no desenvolvimento de cibercompetências, também se verifica uma preocupação em combater a "iliteracia digital" por ser um fator de desvantagem social e educativo por parte da população mais idosa. As exigências da sociedade contemporânea acresceram novas responsabilidades ao ser hu-

mano, nomeadamente no seu percurso educativo, numa dimensão especialmente centrada para a "[...] adaptabilidade, a empregabilidade e a produção de vantagens competitivas no mercado global [...]" (Lima, 2002, p. 129). Para Castells (2007), a educação e a aprendizagem ao longo da vida constituem ferramentas essenciais para o êxito no trabalho e desenvolvimento pessoal. Presentemente, o mundo global fortemente marcado pelas TIC exige assim que toda a população esteja familiarizada com esta mudança, para impedir uma nova forma de exclusão digital que provocaria, segundo Castells (2005), uma infoexclusão com consequências em termos de desigualdades sociais.

Em 2005 surgiu a *i2010*, uma iniciativa europeia que apresentou um novo quadro estratégico, em que a principal aposta do *i2010* é a participação plena do cidadão numa sociedade inclusiva. Para tal, foram definidos 3 objetivos a alcançar (Comissão das Comunidades Europeias, 2005):

- A criação de um espaço único europeu de informação;
- O reforço da inovação e do investimento em investigação na área das TIC;
- A realização de uma sociedade da informação inclusiva.

A propósito deste último objetivo, a Comissão Europeia prevê, entre outros:

- Propor uma iniciativa europeia sobre a infoinclusão que abranja a igualdade de oportunidades, as competências TIC e as clivagens regionais;
- Por em marcha iniciativas que envolvam a utilização das TIC para melhorar a qualidade de vida.

Em Portugal, uma das primeiras iniciativas para fazer face às orientações vindas da UE foi o desenvolvimento de um Plano Tecnológico (PT) em 2005, que nasceu do Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego. O PT baseia-se em 3 eixos:

- Conhecimento: qualificação dos portugueses para a sociedade do conhecimento, com a elevação do nível educativo médio dos portugueses, com a implementação da aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os cidadãos para a sociedade do conhecimento.
- Tecnologia: vencer o atraso científico e tecnológico do país, com privilégio da criação das condições para uma maior empregabilidade e para atividades de inclusão digital.
- Inovação: fomento da flexibilização e adaptação do tecido produtivo como consequência da globalização através de novos processos e formas de organização de serviços e produtos.

O PT pretende promover um desenvolvimento sustentável através de um conjunto de medidas que operam transversalmente ao nível da qualidade ambiental, coesão social, equidade territorial e cidadania. Um dos vetores do PT é a iniciativa *Ligar Portugal* (Programa Nacional para a Sociedade da Informação, julho de 2005), que surgiu como tentativa de responder aos desafios propostos pela UE (por exemplo, o *i2010*). *Ligar Portugal* pretende, assim, mobilizar os cidadãos e as empresas não só para o uso das TIC, mas também para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento, contribuindo sempre que necessário para a infoinclusão. De entre as medidas desta estratégia, destacam-se:

- Promover a inclusão social de todos os cidadãos, a colaboração entre pessoas e instituições e o trabalho cooperativo em rede;
- Assegurar a utilização das TIC pelos grupos sociais infoexcluídos;
- Incentivar a Aprendizagem ao longo da vida: desde 2005 mais de 1 milhão de pessoas inscreveram-se na iniciativa "Novas Oportunidades".

Atualmente o programa do XIX Governo Constitucional continua a apoiar a inovação tecnológica na sociedade portuguesa com o objetivo de combater as desigualdades sociais. Neste momento, Portugal dispõe de um Programa Nacional de Reforma 2020, que concretiza e desenvolve linhas de ação para a década em curso, com vista a um crescimento inteligente, sustentável, inclusivo. Destas linhas de ação consta a *Agenda Digital 2015*, instrumento fundamental de concretização do Plano Tecnológico (Decreto – Lei nº21/2010). O objetivo do Governo ao colocar as novas tecnologias ao serviço das pessoas mais velhas, prevê a simplificação administrativa e uma maior descentralização, como forma de incrementar a coesão social e a igualdade.

#### *Situação atual da Educação de Adultos: a história de uma alternância de políticas*

Com um historial de alternância entre valorização e desvalorização da Educação de Adultos em Portugal, muito marcada ideologicamente e determinando orientações políticas que não parecem suscetíveis de conciliação, surge em 2005, a Iniciativa Novas Oportunidades (INO), enquanto programa de ação governativa PS, com implicações sobretudo no âmbito das políticas de educação e formação profissional, o qual traduz as assunções do XVII Governo

Constitucional no domínio da qualificação da população portuguesa. Evoluindo a partir da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) (que existiram de 2000 a 2005), os Centros de Novas Oportunidades (CNO) são as entidades responsáveis pelo cumprimento desse objetivo, constituindo-se como uma "porta de entrada" para que os jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos, sem ou com uma qualificação desajustada ou insuficiente face às necessidades dos indivíduos no mercado de trabalho, sejam acolhidos e encaminhados para a oferta formativa que mais se adequa ao seu perfil e expectativas. De forma a melhorar a capacidade de resposta das estruturas do sistema de educação e formação, assistiu-se a um forte alargamento da rede de CNO a nível nacional, principalmente em 2008, em que, segundo dados da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), em 2006 existiam 270 CNO e em 2010 a rede é composta por 454 CNO (448 em Portugal Continental e 6 na Região Autónoma da Madeira) (ANQ, 2010).

A certificação de competências em Portugal, em 2011, atingira o seu auge, no que respeita tanto ao alargamento e aproximação das ofertas ao público, como também da crescente adesão por parte do mesmo e consequente aumento dos níveis de qualificação. No entanto, este discurso que caracterizou e (ainda) caracteriza a INO, distancia-se também bastante, das iniciativas que estiveram na origem de uma Educação de Adultos em Portugal. Dependente de apoios europeus, as iniciativas de Educação e Formação de Adultos (EFA), em Portugal têm seguido nos últimos anos a mesma definição de ALV concebida pela UE, como "(...) a solução para a competitividade da sua economia no mercado global (...)" (Hake, 1998, p. 40). É neste cenário de (re) investimento que, principalmente desde 2005, o Estado assumiu protagonismo no sentido de dar à EFA, um lugar de destaque enquanto política pública. A criação da INO permitiu recolocar a Educação de Adultos na agenda das políticas educativas, e criar espaços de discussão e de debate públicos, esclarecer os sentidos da sua relevância na realização do direito à educação e à (re)valorização das (novas) aprendizagens dos adultos. No entanto, apesar desta centralidade necessária de colocação da EFA no seio da discussão política, os objetivos com que surge são claramente economicistas e rentistas, acabando por desvirtuar o processo. No sentido de superar os défices de escolaridade da população a um ritmo acelerado, a INO representou um novo impulso no caminho da qualificação, onde o objetivo foi o da escolarização geral da população ao nível do ensino secundário.

É inegável que, apesar do objetivo numérico inerente a esta iniciativa, a INO permitiu a massificação e divulgação da EFA, tanto ao nível da aproximação junto das populações, como do aumento das oportunidades de acesso às mesmas, permitindo a sua credibilização. Os resultados da Avaliação Externa da INO, levada a cabo pela Universidade Católica, revelaram uma melhoria efetiva das competências-chave dos adultos, com maiores ganhos ao nível das *hard-skills*-Literacia (leitura, escrita e comunicação oral) e em e-competência (uso de computador e Internet); um forte reforço das *meta-skills*-Auto-Estima e da Motivação para continuar a aprender – "Aprender a aprender"; e uma melhoria generalizada das *soft-skills*: competências pessoais, sociais, cívicas e culturais (Carneiro, 2010).

Em 2011, decorrente das consequentes eleições antecipadas onde o PSD subiu ao poder e, com a aproximação do final do biénio 2010-2011 e das iminentes candidaturas necessárias à continuação do funcionamento das CNO, surgiram rumores na comunicação social por parte dos governantes, com acusações de facilitismo na obtenção dos certificados, a massificação do programa e utilização do mesmo como propaganda política ao longo dos anos de governação do PS, que colocaram a ANQ e a INO no centro de uma batalha política. Com a lei orgânica do XIX Governo, a ANQ e a INO ficaram na dependência dos Ministérios da Economia, do Emprego e da Educação e Ciência, estando em gestão um processo de avaliação e reestruturação das mesmas com o anunciado objetivo de obter ganhos de credibilidade e eficiência, garantindo uma maior exigência e rigor nos processos de certificação, verificação e reconhecimento de competências. Resultante deste processo, no final de 2011 foram encerrados 20 dos 450 da rede de CNO, e a ANQ deu lugar à ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), cuja mudança de nomenclatura indica a clara mudança de prioridades do Governo relativamente à EFA, numa forte aposta no ensino profissional e numa explícita ocultação de qualquer modalidade educativa formal especificamente dirigida a públicos adultos.

Indiferente aos resultados positivos da INO, a estratégia do novo governo reside na reestruturação completa do Programa Novas Oportunidades, com vista à sua melhoria em termos de valorização do capital humano dos portugueses, numa aposta na qualificação profissional, por considerar que a INO não teve impacto na empregabilidade. É, portanto, urgente assinalar que a Educação de Adultos não se esgota em programas de formação de recursos humanos, de formação profissional e de produção de capital humano (Lima, 1994), pelo que a formação para a democracia, para o ambiente e a saúde, para a participação cívica e a autonomia, não devem ser subjugados a critérios de eficiência e eficácia económicas (Jarvis, 1993). Apesar de atualmente vivermos um período incerto quanto ao futuro da EFA em Portugal, e de 2012 ter sido um ano de transição da INO. De acordo com o Ministério da Economia, o executivo transformou os CNO em Centros Nacionais de Qualificação e Ensino Profissional (CNQEP), no âmbito de um plano mais vasto de aposta no ensino profissional, que elege como uma nova prioridade em Portugal. A orientação deste governo distancia-se, portanto, de um processo de reconhecimento de experiências e saberes, em que esta mudança de discursos assenta na (nova) valorização do ensino profissional em detrimento da educação e formação de adultos.

Exposta a várias contradições resultantes de cada momento histórico-político e social, a Educação de Adultos tem-se afastado da sua original raiz humanista, em que as lógicas da educação popular cívica, da educação comunitária e para o desenvolvimento local, numa valorização da emancipação e da criatividade, tendem, progressivamente, "(...) a ser recusadas ou, sendo toleradas, a atribuir-se-lhes um estatuto periférico em termos de políticas públicas e um mais baixo status em termos socioeducativos (...)" (Lima, 2007). Numa sociedade, que muitos adjetivam como

«Sociedade do Conhecimento» (Castells, 1996; Gorz, 2003), a persistência de elevados níveis de abandono escolar precoce e a baixa qualificação da maioria da população ativa portuguesa são factos que deveriam preocupar o governo e as instâncias europeias. Ao longo das últimas décadas, foram surgindo medidas estratégicas de qualificação nacional, consagrando, nos últimos anos, o reforço na generalização das ofertas formativas, "[...] a aposta estratégica na qualificação da população portuguesa é opção central para o crescimento económico e para a promoção da coesão social e territorial, do desenvolvimento pessoal e de uma cidadania plena (...)" (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2007, p. 2).

Mais do que nunca, a educação e formação tem aqui um papel fundamental, no sentido de educar para a cidadania, para a tolerância, para a proatividade, de forma a mobilizar-nos em torno destas questões e induzir nos adultos, alternativas às mudanças, considerando-se uma dimensão mais vasta da EFA, onde "formar-se" é um processo que se funde com a própria vida dos adultos (Nóvoa & Finger, 1988). As políticas de Educação de Adultos, marcadas por querer implementar uma dinâmica de ALV, pretendem ajudar as pessoas a prepararem-se para a Sociedade do Conhecimento, caracterizada pela globalização e por uma nova fonte de riqueza: o conhecimento. Esta fonte de riqueza, progressivamente mais digital, implica o desenvolvimento de novas competências para novas realidades, nomeadamente para o envelhecimento da população, onde a utilização do computador e Internet por adultos mais velhos poderá ter uma posição de destaque de grande utilidade.

Contudo, conforme destaca Gohn (2001), é possível construir uma nova cultura política de educação de adultos em espaços de educação não formal, tais como movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos políticos, grêmios, etc. Neste contexto, a Universidade da Terceira Idade, Universidade Sénior ou Academia Sénior são a resposta socio-educativa, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, educacionais, culturais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. As atividades educativas realizadas são em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida (Jacob, 2012). A Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) fundada em 2005, que tem como principais objetivos: promover o envelhecimento ativo em todas as suas vertentes, fomentar a educação e o ensino, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida, incentivar a investigação académica e científica na área do envelhecimento e da cidadania. Atualmente esta entidade representa 190 associações em todo o país.

#### *A infoinclusão – as TIC e a população idosa*

Atualmente é notório que as TIC se têm vindo a instalar no dia a dia de todos de forma irreversível, influenciando não só a vida empresarial como privada. Todas as estatísticas demonstram que os mais jovens, também denominados de «nativos digitais», possuem já as competências básicas que lhes permitem utilizar o computador e as ferramentas da Internet no seu dia a dia. Este facto não causa grande surpresa porque já cresceram num contexto onde as diferentes tecnologias e dispositivos digitais se encontram acessíveis e disponíveis. Ao invés, os cidadãos mais idosos estiveram privados, na sua grande maioria, destes dispositivos o que faz com que não possuam uma literacia e competência digitais no sentido de lhes permitirem uma utilização sistemática ou mais diária do computador e Internet. Como refere Kachar (2003), passou a existir uma "relação conflituosa" pela complexidade e desconhecimento dessas tecnologias. Como é afirmado por Vygostsky (1984), é necessário considerar o meio social onde o indivíduo se encontra e, no caso destes adultos mais velhos, as vidas destes cidadãos desenvolveram-se num contexto social e histórico onde as tecnologias não constituíram uma realidade no seu quotidiano.

De acordo com o Eurostat (2010b), 37% dos indivíduos entre 55 e 74 anos de idade utilizaram a Internet, em média, pelo menos uma vez por semana, nos 27 países da UE. Comparando-se a 90% dos indivíduos entre 16 e 24 anos de idade, e 73% dos indivíduos entre 25 e 54 anos de idade. As pessoas idosas são normalmente descritas como tecnofóbicas, isto é, como uma pessoa que tem medo, não gosta ou evita novas tecnologias. Esta caracterização das pessoas idosas pode estar relacionada ao facto de que estas, são o grupo etário com menor proporção de uso do computador e da Internet, mas também pode estar relacionado a um preconceito ou estereótipo. Podemos encontrar provas deste estereótipo na cultura popular, a partir de uma infinidade de desenhos animados para comerciais e vídeos, onde a pessoa idosa e o uso de computador é ridicularizado. Este preconceito contra as pessoas idosas, *ageism*, conforme definido por Butler (1969), tem consequências sociais, culturais e económicas, já que estigmatiza e discrimina as pessoas idosas.

O envelhecimento da população, sem dúvida, traz desafios sociais e económicos, começando por uma dependência baseada na idade, as pesquisas indicam que a idade é um dos principais fatores da exclusão digital. A utilização do computador e da Internet são negativamente correlacionados com a idade (Norris, 2001; Rice & Katz, 2003), criando uma "fratura digital cinza" (Millward, 2003). Mas isto significa, que os idosos têm medo ou não se querem envolver com as TIC? Vários estudos têm mostrado que as pessoas idosas estão dispostas a utilizar as TIC (Czaja & Lee, 2007), entretanto a maioria dos cidadãos mais idosos enfrentam obstáculos: problemas físicos que limitam a utilização das TIC, a falta de um computador com acesso à Internet, e até mesmo a falta de interesse geral no domínio das TIC (McCann & Giles, 2004).

Para tentar rever este cenário, existem alguns estudos e iniciativas com vista ao fomento da utilização das TIC entre a população idosa. Esta situação, foi em parte impulsionada pelo aumento do número de pessoas idosas que têm demonstrado interesse pelas TIC. Aliás, um estudo realizado entre 2002 e 2007 entre a população idosa de 5 países da

UE demonstraram que a utilização da Internet pela população idosa tem aumentado. Os indicadores revelam que a utilização da Internet entre os idosos quase duplicou (em 2001 registou-se 27% de utilizadores idosos e em 2008 44%) (Seniorwatch, 2008). Por outro lado, o mesmo estudo revelou que na Internet as pessoas idosas utilizam, por ordem decrescente: correio eletrónico (84,7%); sítios noticiosos (77,9%); informação relacionada com a saúde (65,3%); compras (54,3%); lazer (49,2%); sítios de música e rádio (23,3%); mensagens instantâneas (22,9%).

Apesar do número de iniciativas e estudos relativamente à utilização das TIC por parte da população idosa ter aumentado exponencialmente, estão longe de serem suficientes para que as TIC cheguem a todas as pessoas idosas. De acordo com Cullen *et al.* (2007) acerca do estado das medidas para a e-inclusão proveniente do Plano de Ação 2010, relata algumas falhas políticas que necessitam de melhorias. Foram propostas as seguintes ações a fomentar a curto e médio prazo para melhorar a situação vigente:

- Necessidade de identificar as barreiras de utilização das TIC por parte das pessoas idosas;
- Desenvolver projetos e investigações relacionadas com a atitude das pessoas idosas em relação às TIC;
- Melhorar aspetos ao nível do design de interação em conteúdos digitais específicos para a população idosa;
- Desenvolver uma estratégia comum para promover uma aproximação horizontal e holística para o desenvolvimento e implementação de iniciativas de e-inclusão das pessoas idosas;
- Desenvolver uma estratégia de marketing, de forma a aumentar os benefícios do uso das TIC, gerar motivação na sua utilização e afastar o ceticismo sobre a segurança na Internet.

Em 2012, em Portugal assistiu-se a um aumento dos agregados domésticos que dispõem de acesso ao computador (58%) e Internet (55%) em casa. A sua utilização depende de algumas variáveis sociodemográficas, sendo que o grupo etário dos mais velhos (65-74 anos) é o que utiliza menos as referidas tecnologias (Obercom, 2012). Também o conceito de género, entendido como a elaboração cultural do sexo (Torres, 2008), proporciona-nos uma leitura importante para a compreensão dos diferentes processos de interação dos homens e mulheres mais velhos com as TIC. Outro fator que pode ter influência na aproximação com as TIC, entre as pessoas mais velhas, são as habilitações literárias. Esta ideia é reforçada por um estudo efetuado por Neves & Amaro (2012), com população sénior, em 37% dos utilizadores de computador e Internet tinham menos que o ensino secundário e os restantes 63% tinham ensino secundário ou superior. Alguns estudos também demonstram que a aprendizagem das TIC é influenciada pelo estado civil; o aumento da faixa etária, o índice de viúvas aumenta, deteta-se maior interesse entre as viúvas pelas TIC (Elias, 2011). Uma hipótese para explicar este interesse, é que as TIC podem servir de companhia e objeto de entretenimento nas horas de solidão. Para Dias (2012), a menor adesão às TIC, entre os mais velhos, pode-se explicar, por um lado, pela iliteracia no que diz respeito ao seu uso e manipulação, mas também ao facto da maioria das pessoas idosas terem baixos rendimentos, baixas pensões e o custo dos equipamentos e serviços associados às TIC serem dispendiosos (programas, tarifário de Internet, assistência, serviços de eletricidade).

#### *Estratégias de ensino das TIC para os adultos maiores*

Ensinar, ou seja, transmitir conhecimentos e imbuir os alunos de mecanismos que lhes possibilitem construir o seu conhecimento, é uma tarefa que deve ter em consideração vários fatores, entre eles, o que se vai ensinar e a quem. Assim sendo, para que o ensino seja eficaz, é necessário desenvolver-se uma metodologia pedagógica que tenha em consideração as características específicas dos alunos (idade, *background*, meio social e cultural), neste caso, das pessoas idosas. Para Kachar (2000), existe a necessidade de se planificar propostas metodológicas direcionadas para a população idosa, tendo em atenção o seu processo cognitivo, o ritmo – que é mais lento – os recursos – que se tornam mais limitados – e as restrições sensoriais próprias do envelhecimento. Mais especificamente, no que concerne ao ensino das TIC a idosos, é necessário promover um ambiente de aprendizagem próprio para os indivíduos em questão, que passa pela criação de uma interação com o computador com as suas necessidades e condições físicas.

Neste contexto, é comum fazer-se uma abordagem à andragogia, que é "a arte e a ciência de ajudar adultos a aprender", em que na opinião de Rosa (1998), pretende: i) manter, aprofundar, consolidar e complementar de forma a que se possam enriquecer os interesses e as necessidades dos adultos para que lhes sejam proporcionadas novas abordagens e novas formas de vida em diferentes domínios (laboral, social, cultural, afetivo, político e familiar); ii) promover uma atualização, mas sempre numa postura ativa e prospetiva que leve os adultos mais velhos a poderem reformular os seus conceitos; iii) criar condições para o exercício de uma cidadania plena. Nesta lógica, concorda-se com a proposta de Lindeman (1926) e de Knowles (1990), ao defenderem que a educação destes adultos deverá ser realizada através de «situações» e não de «disciplinas». A aprendizagem destes cidadãos deverá estar centrada nas suas vidas, levando-os a «aprender a aprender», colocando-os sempre que possível em situações experimentais que reflitam os seus interesses e necessidades, com um sentido prático e pragmático onde a autoavaliação, a autocrítica e a autorresponsabilização devem ser uma constante.

Para estes adultos mais velhos o que se torna prioritário, ainda segundo Esteve (2004), será o de os preparar para a cidadania plena no seio das suas famílias e das suas comunidades mas que lhes seja permitido dar o seu contributo

para esse desenvolvimento e serem, ao mesmo tempo, responsáveis por ele. Significa, pois, que o acesso a novos conhecimentos conduz a uma melhor integração sociocultural e ao se facilitar a inclusão em diferentes contextos socioeducativos propiciam-se condições para uma melhor qualidade de vida para esses cidadãos. O processo de envelhecimento pelas alterações que vem promover nos indivíduos vem, ao mesmo tempo, criar novas necessidades muito direcionadas para aspetos práticos da sua vida mas também mantêm o seu interesse nos aspetos sociais, culturais e políticos. Como é afirmado por Boulton-Lewis *et al.* (2006), os idosos continuam interessados em aprenderem coisas novas onde a aprendizagem de línguas estrangeiras e as tecnologias costumam refletir as suas prioridades.

Apesar de haver um sentimento generalizado que os idosos não se sentem atraídos pelas TIC porque estas foram concebidas para outros fins, tais como para as diferentes atividades laborais e para os mais jovens, existem muitas pessoas idosas que se sentem atraídas e motivadas para aprender a utilizá-las. Várias recomendações e/ou sugestões podem ser equacionadas sem que haja uma preocupação cronológica ou hierárquica, dado que todas elas devem interagir e sentirem-se como constituindo um «todo» que se pretende coeso, localizado, contextualizado, adequado e co-construído com os idosos (Gil & Amaro, 2011). Pelo facto das pessoas envelhecerem de formas diferentes, com diferentes necessidades e também com diferentes incapacidades, a intervenção na formação deve ter que fazer um diagnóstico prévio tão completo e aprofundado quanto possível. Dadas estas vicissitudes, tentamos apresentar alguns aspetos mais generalizados e mais consensuais que poderão ser encontrados ou identificados na maioria do grupo constituídos por pessoas idosas.

Um desses aspetos tem a ver com aquilo a que vários autores já há muitos anos investigam e que na literatura surge designado por «cognitive slowing». Esta situação é evidenciada pela perda de faculdades que dificultam o raciocínio e decisões mais rápidas e que também afetam o processamento da informação e a memória de longo prazo pelo que as metodologias e as atividades deverão ser planificadas de modo a que as repetições de conceitos, de operações e de exercícios práticos sejam relevantes para as pessoas idosas, de curta duração e com tempo suficiente para os poderem realizar e, fundamentalmente terminar com sucesso. Por esta razão, deverão também ser dadas oportunidades para que haja mais momentos de pausa e tempo para que os idosos possam tirar os seus apontamentos (Light, 1996). Para as pessoas idosas quase tudo (ou mesmo tudo) é uma novidade, tais aspetos podem tornar-se em barreiras quase intransponíveis. Exemplos que clarificam estas situações têm a ver com a necessidade de se ajustar o painel de controlo em que as dimensões dos ícones e das fontes devem ser maiores que o «normal» e, se possível, utilizarem-se monitores de maiores dimensões. E, pelo facto de normalmente já existir um certo deficit motor também se deve acautelar a velocidade, quer do tão vulgarmente designado «duplo clique», quer da velocidade do cursor que deverão ser mais lentos e mais espaçados para uma mais adequada acuidade óculo-visual (Charness, 1995).

Neste âmbito, a «barra de ferramentas» é também um possível obstáculo devendo prevenir-se a possibilidade de estarem sempre disponíveis e com a mesma localização para que as pessoas idosas mais facilmente absorvam essa informação na sua memória de curto prazo e, desta forma, a mecanização seja mais rapidamente conseguida (Bayen, 1996). Estes aspetos equivalem a dizer que se utilizar e manter a mesma versão de software, mesmo que não seja mais recente porque o que se torna importante é que as rotinas sejam apreendidas e as tarefas sejam atingidas com sucesso. Outra situação que deverá ser propiciada será a possibilidade das pessoas idosas trabalharem aos pares pela natural entajada que podem usufruir. Este aspeto é fortemente defendido por Naumanen & Tukiainen (2009). Outros estudos, relatam uma série de estratégias que devem ser adotadas aquando o ensino das TIC a pessoas idosas. Estas encontram-se especificadas no Quadro 1.

Metodologias de Ensino	
Ambiente	Turmas pequenas, um aluno por computador Boa iluminação da sala
Papel do professor	Não deve ensinar, mas ajudar a aprender Ser paciente e calmo
Hardware	Tamanho e iluminação do monitor Teclado e rato com design especial
Software	Tipos de letra grandes Ter um processador de texto simples Ir de encontro aos interesses dos alunos Utilizar a experiência de vida das pessoas idosas Respeitar o ritmo de cada aluno
Técnicas de ensino	Partir de situações contextualizadas Efetuar atividades de repetição Seguir etapas gradativas de aprendizagem Efetuar frequentes paragens

Fonte: Adaptado de Maíz (2009) e Sei (2009)

Quadro 1 – Estratégias para o ensino das TIC a pessoas idosas

### *A aprendizagem das TIC e os impactos no bem-estar ao longo do processo de envelhecimento*

O mais relevante na aprendizagem das TIC é que os adultos mais velhos se sintam confiantes e que a sua formação lhes fomente e proporcione um bem-estar mental e social. Na opinião de Blit-Cohen & Litwin (2005), a utilização do computador, por si só, já é capaz de promover uma atitude positiva perante a vida porque lhes confere a sensação de estarem integrados na presente Sociedade da Informação e do Conhecimento ou como é referido pelo mesmo autor, estes cidadãos sentem-se parte da «*technology-era*». Atualmente, para além de envelhecimento ativo, o termo Qualidade de Vida na velhice tem sido substituído por expressões equivalentes, como bem-estar psicológico, bem-estar subjetivo, envelhecimento saudável, envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento produtivo (Oliveira *et al.*, 2009). Neste âmbito, a aprendizagem das TIC deverá promover as relações sociais dos idosos numa perspetiva colaborativa, e que permita que estes se sintam confortáveis e realizados, onde as TIC surgirão no seu quotidiano como ferramentas que lhes são realmente úteis e pertinentes (Páscoa & Gil, 2012). Para Silva (2008), os governos e a sociedade devem adotar programas e executar políticas de inclusão digital que permitam desenvolver ações de formação em TIC de acordo com as necessidades quotidianas para que a formação recebida lhes possibilite aumentar o bem-estar ao longo do seu processo de envelhecimento.

Uma das questões centrais do processo de envelhecimento é mesmo o bem-estar. Segundo George (2010), o bem-estar subjetivo (BES) em idade avançada está relacionado com a satisfação com a vida, uma componente cognitiva mais estável para definir este conceito. Para Pinguart & Sorensen (2000), a idade, o género, a educação, estado civil, rendimento são também importantes na previsão do BES. Além disso, a participação social, a comunicação, a inclusão social também se associam ao BES no sentido esperado. Segundo Novo (2000), o BES é o modo como o indivíduo interpreta e vive subjetivamente os acontecimentos. Ainda Veenhoven (1984), acrescenta BES como o grau de julgamento do indivíduo da sua qualidade de vida como um todo, com vista a atingir metas ao nível de melhor eficácia na aprendizagem, memória e aptidões intelectuais com o objetivo de melhorar a formação ao longo da vida.

Diversos estudos: European Commission (2008, 2009b, 2009c), Institute for Innovation and Technology (2010), Calouste Gulbenkian Foundation (2010), concluem que as pessoas idosas precisam de formação, apoio e motivação para começar a usar as TIC e que estas podem proporcionar novas oportunidades de acesso a informação e serviços, ajudar os idosos a melhorar o seu bem-estar, a permanecer mais tempo ativos e produtivos, a viver de forma autónoma e independente, a participar ativamente na sociedade, diminuindo assim a solidão, o isolamento e a exclusão social.

### **Metodologia de investigação e sustentação empírica**

A metodologia que orienta este projeto de investigação, assenta na recolha de dados que será de natureza qualitativa e quantitativa, de forma a complementar e triangular a informação recolhida. Assim, pretendemos utilizar os se-

guintes instrumentos de recolha de dados: pesquisa documental, inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas. Por conveniência, escolhemos as populações com 50 + anos em situação de formação nas universidades seniores do distrito de Castelo Branco, pois para além de ser um distrito marcado pelo envelhecimento populacional, também é o local de residência da investigadora. A caracterização do público-alvo é constituída por 5 associações (2 designadas por "Universidade Sénior" e 3 designadas por "Academia Sénior"). Estas associações são tuteladas pelas autarquias, que cedem as instalações, funcionam todas fora do sistema escolar, mantêm-se fiéis aos princípios básicos da aprendizagem não formal. A maioria das disciplinas que encontramos são comuns a todas as universidades, de salientar que atualmente a disciplina mais popular é a informática, e os professores de todas as disciplinas são voluntários. Estas associações, são um projeto multifacetado que envolve a componente humana, social, a saúde e a educação e formação para e pelos mais velhos.

Relativamente à nossa posição ideológica e sustentação empírica face à produção de conhecimento e ao uso desse conhecimento pelas ciências sociais, segue a linha da intervenção social e implicada na defesa da cidadania ativa, na igualdade de direitos e combate à exclusão. Ainda dentro destas conceções do mundo e da vida, podemos acrescentar que a reivindicação de direitos iguais para todos e o combate à exclusão continuam a constituir desafios para a democracia e para a sua afirmação, enquanto projeto político inclusivo e participado. Entre as novas orientações das políticas sociais vão-se disputando as condições para o envelhecimento da população.

Em termos concretos da nossa investigação, pretendemos aplicar um inquérito por questionário à população com 50 + anos que aprende TIC e à população com 50 + anos que não aprende TIC. Pretendemos igualmente realizar entrevistas semiestruturadas à população 50 + anos que já aprendeu TIC, aos diretores de cada universidade sénior e academia sénior e a um professor de informática dessas mesmas associações. O Quadro 2 mostra a relação entre os objetivos específicos da investigação e as técnicas de recolha de dados que irão ser utilizadas para a concretização dos mesmos.

Objetivos Específicos	Técnicas de recolha de dados
O1. Caracterizar a população 50+ ligada à aprendizagem das TIC sob o ponto de vista de algumas variáveis sociodemográficas.	Inquérito por questionário
O2. Caracterizar o perfil da população 50+ que aprende TIC.	Inquérito por questionário
O3. Caracterizar o perfil da população 50+ que não aprende TIC.	Inquérito por questionário
O4. Conhecer a perceção da população 50 + relativamente aprendizagem das TIC.	Entrevista semiestruturada
O5. Conhecer as competências digitais da população 50+ que já aprendeu TIC e sua aplicabilidade no quotidiano.	Entrevista semiestruturada

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 - Relação entre objetivos específicos com as técnicas de recolha de dados

## Resultados esperados

Os resultados que esperamos obter visam dar resposta ao problema levantado e à concretização dos objetivos delineados no início da investigação: pretendemos que o estudo contribua para a expansão da base de conhecimentos da formação ao longo da vida. Neste projeto de investigação também formulámos hipóteses que esperamos no final, verificar ou refutar. Estas hipóteses relacionam-se com afirmações, tais como: a aprendizagem das TIC é influenciada por algumas variáveis sociodemográficas; esta aprendizagem é considerada para a população 50 + como positiva; a necessidade de comunicação e o desejo de permanecer ativo do ponto de vista intelectual influencia a aprendizagem das TIC; a população com mais elevados níveis de escolaridade está mais empenhada na aprendizagem das TIC.

Quanto mais investigarmos sobre os fatores socioculturais que influenciam a escolha na aprendizagem das TIC, caracterizarmos o perfil da população 50+ que aprende e não aprende TIC, conhecermos a sua perceção relativamente às TIC e as suas competências digitais bem como a sua aplicabilidade no quotidiano, mais claramente se compreenderá o significado da formação ao longo da vida. Prevemos que o estudo possa identificar os impactos que a aprendizagem das TIC têm no bem-estar dos adultos maiores de 50 anos.

Prepararemos um conjunto de orientações, recomendações e boas práticas sobre a aprendizagem das TIC e sugerimos intervenções com vista a auxiliar não só as pessoas mais velhas mas também todos os profissionais que lidam diariamente com esta problemática. Esperamos sensibilizar a sociedade civil para a importância da aprendizagem ao longo da vida em geral e em particular para a aprendizagem das TIC e destacar o contributo desta aprendizagem no bem-estar ao longo do processo de envelhecimento. Deste modo, prevemos vir a concluir como a aprendizagem das TIC pode ter um importante papel social na promoção do envelhecimento ativo.

## Bibliografia

- ANQ (2010). *Iniciativa novas oportunidades*. <http://www.novasoportunidades.gov.pt> . Acedido a 16-08-2013.
- Bayen, U. (1996). Aging and the use of perceptual and temporal information in source memory tasks. *Psychology and Aging*, 11, 293-303.
- Blit-Cohen, E. & Litwin, H. (2005). Computer utilization in later-life: Characteristics and relationship to personal well-being. *Gerontechnologyjournal*, 3(3), 138-148.
- Boulton-Lewis, et al. (2006). Learning and active aging. *Educational Gerontology*, 32, 271-282.
- Butler, R. (1969). Ageism: outra forma de preconceito. *The Gerontóloga*, 9(4), 243-246.
- Calouste Gulbenkian Foundation (2010). *Independent Age, Older People, technology and community – the potential of technology to help older people renew or develop social contacts and to actively engage in their communities*. UK.
- Carneiro, R. (Coord.). (2010). Resultados 2010 da avaliação externa da iniciativa novas oportunidades realizada pelo centro de estudos (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa. <http://www.novasoportunidades.gov.pt> . Acedido a 16-08-2013.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell.
- Castells, M. (2007). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2005). *A Sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charness, N. (1995). Training older adults in word processing: Effects on age, training technique, and computer anxiety. *International Journal of Technology & Aging*, 5, 79-106.
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. <http://www.alv.gov.pt/dl/memopt.pdf> . Acedido a 10-08-2013.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade*. <http://eur-lex.europa.eu/Com>. Acedido a 13-08-2013.
- Comissão das Comunidades Europeias (2002). *Resposta da Europa ao envelhecimento da população mundial. Promover o progresso económico e social num mundo em envelhecimento*. [http://ec.europa.eu/employment\\_social/social\\_situation.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/social_situation.pdf). Acedido a 13-08-2013.
- Comissão das Comunidades Europeias (2005). *i2010: a sociedade da informação e os media ao serviço do crescimento e do emprego*. [http://europa.eu/legislation\\_summaries/pdf](http://europa.eu/legislation_summaries/pdf) . Acedido a 24-08-2013.
- Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Educação de adultos: nunca é tarde para aprender*. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/Com> . Acedido a 13-08-2013.
- Cullen, et al. (2007). Status of e-Inclusion measurement, analysis and approaches for improvement. [http://www.ec.europa.eu/information\\_society/eeurope/i2010/pdf](http://www.ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/pdf) . Acedido a 19-08-2013.
- Czaja, S., & Lee, C. (2007). O impacto do envelhecimento sobre o acesso à tecnologia. *Acesso Universal na Sociedade da Informação (UAIS)*, 5(4), 341-349
- Dias, I. (2012). O uso das tecnologias digitais entre os seniores: motivações e interesses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 51-77.
- Dias, I., & Rodrigues, E. (2012). Demografia e sociologia do envelhecimento. In P. Constança , & R. Oscar (Coord.). *Manual de Gerontologia* (pp. 180-201). Lisboa: Lidel.
- Elias, H. (2011). Subjetividade pós-web. Identidade digital em construção. In V. Cláudia (Coord.). *Manual pedagógico de culturas digitais* (pp. 169-184). Lisboa: ISCSP.
- Esteve, J. (2004). *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Moderna.
- European Commission (2008). *Active Ageing and the Potencial of ICT for Learning*. EUR 23414 EN – Joint Research Centre – Institute for Prospective Technological Studies. Luxembourg.

- European Commission (2009a). *The 2009 Ageing Report*. DGECFIN, Brussels
- European Commission (2009b). *ICT & Ageing: Users, Markets and Technologies. International Expert Workshop European RTD in the Field of ICT & Ageing: Lessons Learned & Issues for the Future*. Brussels.
- European Commission (2009c). *Overview of the European strategy in ICT for Ageing Well. Information Society and Media – ICT for Inclusion*. Brussels.
- Eurostat (2008). Ageing characterizes the demographic perspectives of the European Societies. *Statistic in Focus* [Revista online]. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/pdf> . Acedido a 25-08-2013.
- Eurostat (2009). Regional Population Projections EUROPOP 2008: Face older population profile 2030. *Statistic in Focus* [Revista online]. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/pdf> . Acedido a 25-08-2013.
- Eurostat (2010a). *Combating poverty and social exclusion*. Luxemburgo: Eurostat.
- Eurostat (2010b). *Community Survey on ICT in Households and by individuals*. Brussels: European Commission.
- Fernandes, A. (2001). Velhice, solidariedade, familiares e política social – itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 39-52.
- Fernandes, A. (2008). *Questões demográficas: demografia e sociologia da população*. FCSH – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri.
- Ferrera, M. et al. (2000). *O futuro da Europa social: repensar o trabalho e a proteção social na nova economia*. Oeiras: Celta editora.
- George, L. (2010). Still happy after all these years: research frontiers on subjective well-being in later life. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 65(3), 331-339.
- Gil, H., & Amaro, F. (2011). Geronto-Formação: formação nas idades avançadas para a info-inclusão. In *Atas da 6ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*. Chaves. 96-115.
- Gohn, M. (2001). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
- Gorz, A. (2003). *L'immaterial: connaissance, valeur et capital*. Paris: Éditions Galilée.
- Hake, B. (1998). Lifelong learning and the European Union: a critique from a "risk society" perspective. In *International perspectives on lifelong learning* (pp. 40-42). Londres: Kogan Page.
- Hessel, R. (2008). Envelhecimento ativo numa sociedade encanecida: formação em todas as idades. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 5, 157-180.
- INE (1999). *As gerações mais idosas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). *Projeções de População Residente em Portugal, 2008-2060*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2012). *Censos 2011 – Resultados Definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Institute for Innovation and Technology (2010). *ICT enabled independent living for elderly – A status-quo analysis on products and the research landscape in the field of Ambient Assisted Living (AAL) in EU-27*. Berlin.
- Jacob, L. (2012). *Universidades Seniores: Criar novos projetos de vida*. Almeirim: Rutis.
- Jarvis, P. (1993). *Adult education and the state. Towards a politics of adult education*. Londres: Routledge.
- Kachar, V. (2000). A terceira idade e o computador: interação e transformações significativas. *A terceira idade*, 8, 1-9.
- Kachar, V. (2003). *Terceira Idade & Informática: Aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez.
- Knowles, M. (1990). *L'apprenant adulte*. Paris: Ed. D'organisation.
- Leeson, G. (2009). Educação e Aprendizagem ao Longo da vida. In *Fundação Calouste Gulbenkian. O Tempo da Vida. Fórum Gulbenkian da Saúde sobre o Envelhecimento 2008/2009* (pp. 265-286). Cascais: Príncipeia.

- Light, L. (1996). Memory and Ageing. In E. Bjork & R. Bjork (Eds.). *Handbook of perception* (pp. 443-490). San Diego: Academic Press.
- Lima, L. (1994). *Educação de adultos*. Comunicação apresentada no I Fórum. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. (2002). Formação e aprendizagens ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miro. In A. Quintilha et al. (Eds.). *Cruzamento de saberes de aprendizagens sustentáveis* (pp. 23-27). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, L. (2007). *Educação ao longo da vida. Entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. São Paulo: Cortez Editora.
- Lindeman, E. (1926). *The meaning of adult education*. New York: New Republic.
- Mariz, L. (2009). Tecnologias da Informação, Terceira Idade e Educação. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/pdf> . Acedido a 22-08-2013.
- McCann, R., & Giles, H. (2004). O critério da idade no local de trabalho: uma perspetiva de comunicação. In D. Nelson (Coord.). *Ageism: estereótipos e preconceitos contra as pessoas idosas* (pp. 163-201). Massachusetts: MIT Press.
- Millward, P. (2003). A divisão cinza digital: a perceção, a exclusão e as barreiras de acesso à Internet para as pessoas mais velhas. *Primeira segunda-feira* 8(7), 36-39.
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2007). Acordo para a reforma da formação profissional. <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Documentos> . Acedido em 17-08-2013.
- Naumanen, M., & Tukiainen, M. (2009). Guided Participation in ICT – education for Seniors: Motivation and Social Support. In Proceedings of the 39<sup>th</sup> ASEE/IEEE Frontiers in Education Conference. USA: San Antonio.
- Neves, B., & Amaro, F. (2012). Demasiado velho para a tecnologia. Como os idosos de Lisboa usam e percebem as TIC?. *Jornal de Informática Comunitária*, 8, 1-19.
- Norris, P. (2001). *Digital divide: engajamento cívico, pobreza da informação e Internet worldwide* Cambridge. UK: Cambridge University Press.
- Novo, F. (2000). *Para além da eudaimonia: o bem-estar psicológico em mulheres na idade adulta avançada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nóvoa, A., & Finger, M. (1988). *O método (auto) biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde – Departamento de Recursos Humanos.
- Obercom (2012). *A sociedade em rede em Portugal*. Obercom.
- OCDE (2005). *Promoting Adult Learning*. Paris: Publications Services.
- OCDE (2006). *Ageing and employment. Policies Project, Executive Summary*. <http://www.ocde.org/document/42.html> . Acedido a 10-08-2013.
- Oliveira, et al. (2009). Insónia e qualidade de vida em idosos institucionalizados. *Neurobiologia*, 72(2), 15-19.
- OMS (2002). *Active ageing. A policy framework*. Genebra, OMS.
- Parlement Européen & Conseil de l'Union Européene (2006). *Compétences clés pour l'éducation et la formation tout au long de la vie* [Jornal Online], 10-18. <http://eur-lex.europa.eu/LEXUriSer/Lex/pdf>. Acedido a 13-08-2103.
- Páscoa, G., & Gil, H. (2012). Redes Sociais como complemento da aprendizagem ao longo da vida: As universidades seniores e a Web 2.0. In *Atas da Conferência Ibérica em Inovação na Educação com TIC*. Bragança. 96-108.
- Pinquart, M., & Sorensen, S. (2000). Influences of socioeconomic status, social network and competence on subjective well-being in later life. A meta-analysis. *Psychology and aging*, 18(4), 896-905.
- Rice & Katz (2003). Comparando a Internet e o uso de telemóvel: clivagens digitais de uso, adoção e abandono. *Política de Telecomunicações*, 27(8), 597-623.
- Rosa, L. (1998). *A educação de adultos no terceiro milénio*. <http://www.sinepe-sc.org.br/jornal98/geral.htm> . Acedido a 19-08-2013.

Sei, M. (2009). O crescimento da terceira idade e a crescente relação com a tecnologia. <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/doc>. Acedido a 22-08-2013.

SeniorWatch (2008). *Assessment of the Senior Market for ICT Progress and Developments*, final report. [http://www.ec.europa.eu/information\\_society/newsroom/ct/item](http://www.ec.europa.eu/information_society/newsroom/ct/item). Acedido a 17-08-2013.

Silva, S. (2008). Cursos de Informática para a Terceira Idade: porquê?. *Revista Sinergia*, 9(1), 49-54.

Torres, A. (2008). Women gender and work. The Portuguese case in the context of the European Union. *International Journal of Sociology*, 38(4), 36-56.

Veenhoven, R. (1984). *Conditions of happiness*. D.Reidel: Dordrecht.

Vygotsky, L. (1984). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

#### Websites

<http://www.planotecnologico.pt>, acedido a 15-08-2013

<http://www.ligarportugal.pt>, acedido a 23-08-2013

#### Legislação Consultada

Decreto-Lei nº 91 (2010), *Agenda Digital 2015*, publicado no Diário da República, I-Série, nº 225 a 19 de Novembro.

## \\ Nota biográfica | Biographical Note

Gina Páscoa é Licenciada em Enfermagem, Pós-graduada em Gerontologia, Mestre em Política Social pelo ISCSP – UL: «O contributo da Web social – rede social Facebook – para a promoção do envelhecimento ativo: estudo de caso realizado na USALB!». Doutoranda em Política Social no ISCSP – UL.

Henrique Gil está a realizar Pós-Doutoramento no ISCSP – UL: «As TIC e os cidadãos com 65 + anos de idade no concelho de Castelo Branco: A importância da e-saúde e do e-governo local». Autor de diversos artigos e Membro de Comissões Científicas e Reviewer de Congressos Internacionais e Nacionais no âmbito da utilização e aplicação das TIC pelos cidadãos mais idosos.

## \\ Contactos | Contacts

Gina Páscoa

*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – UL*, Lisboa, Portugal

[ginapascoa@hotmail.com](mailto:ginapascoa@hotmail.com)

Henrique Gil

*CAPP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – UL*, Lisboa, Portugal & *Escola Superior de Educação – IPCB*, Castelo Branco, Portugal

[hteixeiragil@ipcib.pt](mailto:hteixeiragil@ipcib.pt)